ros e corresponde à soma de duas quotas iguais com o valor nominal de quinhentos e um mil duzentos e cinco escudos, equivalente a dois mil e quinhentos euros cada, pertencendo uma a cada uma das sócias.

4.º

A gerência da sociedade pertence a ambas as sócias, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, ficando desde já nomeadas gerentes.

Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas das duas gerentes, bastando a de uma delas para actos de mero expediente.

5.º

A cessão de quotas entre as sócias é livremente permitida, porém a estranhos depende do consentimento da sociedade.

6.º

As sócias ficam desde já autorizadas a proceder ao levantamento da totalidade do capital social que se encontra depositado no Crédito Predial Português, agência de Setúbal, em Aranguez, a fim de fazer face imediata a despesas com a constituição e registos, e outras inerentes à própria actividade da sociedade, e a celebrar actos e contratos antes do registo definitivo da constituição.

Está conforme o original.

6 de Junho de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Célia Santana Paulo Rodrigues*. 3000214471

DELGADO & VAZ SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05144/990309; identificação de pessoa colectiva n.º 504515829; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 04/990309.

Certifico que José Manuel Clemente Vaz casado com Maria Teresa Barroco Delgado Vaz, na comunhão de adquiridos, Rua do Major Perestrelo da Conceição, 19, 2.º direito, e Maria Teresa Barroco Delgado Vaz, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Delgado & Vaz Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}, tem a sua sede na Avenida de Bento Gonçalves, loja 19-A, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

O capital social é de dez mil euros equivalente a dois milhões, quatro mil oitocentos e vinte escudos, integralmente realizado em dinheiro e representado por duas quotas iguais de cinco mil euros equivalente a um milhão, dois mil quatrocentos e dez escudos, pertencentes uma ao sócio José Manuel Clemente Vaz e a outra à sócia Maria Teresa Barroco Delgado Vaz.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, nomeados gerentes.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, activa e passivamente, é suficiente a assinatura de qualquer um dos gerentes.

ARTIGO 5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, sob as condições que forem deliberadas em assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livre. No caso de cessão a estranhos, gozam do direito de preferência, com eficácia real, em primeiro lugar a sociedade e em segundo lugar os sócios não cedentes, no caso de ela não querer ou não poder exercê-lo.

ARTIGO 7.º

A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- Quando a quota for arrolada, arrestada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;
- Quando a quota tenha sido transmitida sem prévio consentimento da sociedade.
- Quando o sócio for declarado falido ou insolvente.

ARTIGO 8.º

As amortizações serão feitas pelo valor do último balanço aprovado e pagáveis em quatro prestações trimestrais e iguais.

ARTIGO 9.º

1 — Além dos casos directamente previstos na lei, qualquer sócio pode ser excluído sempre que pelo seu comportamento desleal ou gravemente perturbador do funcionamento da sociedade lhe tenha causado ou possa vir a causar prejuízos de carácter económico que afetem o bom nome da sociedade ou a sua credibilidade.

2 — No caso de exclusão, o valor da quota do sócio excluído é o que resultar do último balanço aprovado.

3 — A exclusão é deliberada em assembleia geral, por maioria simples, com a presença de, pelo menos dois terços do capital.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade pode adquirir quotas, acções ou quaisquer outras formas de participação de capital em sociedades nacionais ou estrangeiras.

2 — Neste caso, a sociedade indicará quem a representa naquelas.

3 — A representação a que se refere o número atrás pode recair sobre pessoa estranha à sociedade.

4 — O representante será nomeado e destituído pela assembleia geral.

ARTIGO 11.º

Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios, a sociedade não se extingue prosseguindo com os herdeiros do falecido e representante do interdito e inabilitado, sendo aqueles representados por um só à sua escolha enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 12.º

Dissolvida a sociedade, serão liquidatários todos os sócios que procederão à liquidação e partilha conforme acordarem e for de direito.

ARTIGO 13.º

Todas as despesas com a constituição da sociedade são da responsabilidade desta, nomeadamente as da escritura, registo e despesas inerentes, ficando desde já os gerentes, nos termos do disposto no artigo duzentos e dois, número quatro, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, autorizados a proceder ao levantamento do depósito efectuado na Caixa Geral de Depósitos; em Setúbal, a fim de promoverem desde já à actividade social.

Está conforme o original.

6 de Junho de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Célia Santana Paulo Rodrigues*. 3000214468

DOCFARRUMI — PRODUTOS DIETÉTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5141/990309; identificação de pessoa colectiva n.º 504515500.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

9 de Junho de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Célia Santana Paulo Rodrigues*. 3000214465

DOCFARRUMI — PRODUTOS DIETÉTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5141/990309; identificação de pessoa colectiva n.º 504515500; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 03/990309.

Certifico que José Manuel Aguiar Lopes casado com Maria de Fátima Pinto Saramagaio Aguiar Lopes, na comunhão de adquiridos, Foros do Monte Branco, Bombel, Vendas Novas, Maria de Fátima Pinto Saramagaio Aguiar Lopes, Rui Filipe Pinto Lopes, solteiro, maior, Foros do Monte Branco, Bombel, Vendas Novas, André Miguel Pinto Lopes, solteiro, menor, Foros do Monte Branco, Bombel, Vendas Novas, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma DOCFARRUMI — Produtos Dietéticos, L.^{da}, tem a sua sede na Praça de Portugal, 6, 1.º, B, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas ou extintas filiais, sucursais, delegações e outras formas de representação em qualquer parte do território nacional.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem como objecto a importação, exportação, produção, fabricação e comercialização de preparados à base de plantas medicinais e dietéticas, medicamentos fitofarmacêuticos e cosméticos, fabricação e comercialização de máquinas auxiliares de diagnóstico biotecnológico; assessoria técnica no âmbito da fabricação de plantas medicinais e complementos dietéticos, e formação profissional na área das medicinas alternativas e estética.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros equivalente a um milhão dois mil quatrocentos e dez escudos e corresponde à soma de quatro quotas no valor nominal de três mil euros equivalente a seiscentos e um mil quatrocentos e quarenta e cinco escudos pertencente ao sócio José Manuel Aguiar Lopes, mil e quinhentos euros equivalente a trezentos mil setecentos e vinte cinco escudos pertencente à sócia Maria de Fátima Pinto Saramagaio Aguiar Lopes, duzentos e cinquenta euros equivalente a cinquenta mil cento e vinte escudos pertencente ao sócio Rui Filipe Pinto Lopes e duzentos e cinquenta euros equivalente a cinquenta mil cento e vinte escudos pertencente ao sócio André Miguel Pinto Lopes.

ARTIGO 4.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital desde que a assembleia geral assim o delibere até ao montante global de cento e cinquenta mil euros equivalente a trinta milhões setenta e dois mil e trezentos escudos.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios, carecendo do consentimento da sociedade quando feita a estranhos.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, de acordo com o que for deliberado em assembleia geral, compete a três gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes, José Manuel Aguiar Lopes, Maria de Fátima Pinto Saramagaio Aguiar Lopes e Rui Filipe Pinto Lopes.

ARTIGO 7.º

A sociedade fica obrigada pela assinatura de qualquer dos gerentes.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade adquirindo para o efeito quaisquer bens e equipamentos necessários ou convenientes e assumindo todas as despesas daí decorrentes ficando, desde já, qualquer gerente autorizado a efectuar da conta aberta em nome da sociedade, os levantamentos para tanto necessários.

Está conforme o original.

9 de Junho de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Célia Santana Paulo Rodrigues*. 3000214463

JETASTUQUE — ESTUQUE E PINTURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5279/990621; identificação de pessoa colectiva n.º 504522345.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214461

J. CHAVES — SOCIEDADE TRANSPORTADORA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5310/990721; identificação de pessoa colectiva n.º 504568361.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 2000.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214460

J. CHAVES — SOCIEDADE TRANSPORTADORA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5310/990721; identificação de pessoa colectiva n.º 504568361; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 05/990901.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Designação de gerente, efectuada em 26 de Agosto de 1999: José Paulo Oliveira da Costa, casado, Avenida de Nuno Álvares, 8, 4.º-A, Setúbal.

Está conforme o original.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214457

J. CHAVES — SOCIEDADE TRANSPORTADORA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5310/990721; identificação de pessoa colectiva n.º 504568361.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214455

DIAS PEREIRA & FILHOS — CLÍNICA MÉDICA-CIRÚRGICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5380/990720; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — Luís Manuel Costa Dias Pereira, casado com Maria Teresa Esteves da Costa Dias Pereira, na comunhão de adquiridos, CCI 7115, Ferracinta, Samouco, Palmela;

2 — Margarida Costa Dias Pereira, solteira, maior, CCI 7115, Ferracinta, Samouco, Palmela;

3 — Pedro Miguel Costa Dias Pereira, solteiro, maior, CCI 7115, Ferracinta, Samouco, Palmela, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Dias Pereira & Filhos — Clínica Médica-Cirúrgica, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida da República da Guiné-Bissau, 11, 1.º, D, freguesia de Santa Maria da Graça, concelho de Setúbal.

§ único. Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como podem ser criadas ou extintas agências, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação da sociedade em território nacional ou estrangeiro, onde e quando aos negócios mais convenha.

2.º

A sociedade tem por objecto social actividade médico-cirúrgica, realização de exames complementares médico cirúrgicos; actividade de fisioterapia e reabilitação; realização de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica; actividade de enfermagem e ortoptica.

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros ou um milhão dois mil quatrocentos e dez escudos e corresponde à soma de três quotas, uma com o valor nominal de quatro mil euros ou oitocentos e um mil novecentos e vinte e oito escudos, pertencente ao sócio Luís Manuel Costa Dias Pereira e duas quotas iguais no valor de quinhentos euros ou cem mil duzentos e